



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS PARA  
DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**A INFLUÊNCIA DO CAPITALISMO DE PLATAFORMA NA EDUCAÇÃO  
LATINO-AMERICANA.**

**MATEUS M SANTOS**

Artigo apresentado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Relações Internacionais para Docentes da Educação Básica.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Ribeiro Mesquita

Foz do Iguaçu

2024

## **Resumo**

O presente artigo analisa o impacto do capitalismo de plataforma na educação latinoamericana. Nesse contexto, analisa-se que empresas de tecnologia, as chamadas Big Techs, ao fornecerem plataformas e ferramentas educacionais, muitas vezes baseadas na monetização de dados pessoais, podem comprometer a privacidade, ética e segurança de dados dos usuários. A mercantilização da educação, impulsionada pelo capitalismo de plataforma, transforma a educação em um produto consumível, priorizando métricas de desempenho e lucro financeiro em detrimento da experiência de aprendizagem significativa. É enfatizado o papel das Edtechs e das grandes empresas de tecnologia na transformação digital da educação, evidenciando a expansão de suas atividades na região latino-americana, ressaltando a importância de refletir criticamente sobre as implicações do capitalismo de plataforma na autonomia pedagógica na América Latina.

**Palavras-chave:** Capitalismo de Plataforma. Edtechs. América Latina.

## **Resumen**

Este artículo analiza el impacto del capitalismo de plataforma en la educación latinoamericana. En este contexto, analiza cómo las empresas tecnológicas, las llamadas Big Techs, al proporcionar plataformas y herramientas educativas, a menudo basadas en la monetización de los datos personales, pueden comprometer la privacidad, la ética y la seguridad de los datos de los usuarios. La mercantilización de la educación, impulsada por el capitalismo de plataforma, convierte la educación en un producto consumible, dando prioridad a las métricas de rendimiento y al beneficio económico por encima de una experiencia de aprendizaje significativa. Se enfatiza el papel de las Edtechs y de las grandes empresas tecnológicas en la transformación digital de la educación, destacando la expansión de sus actividades en la región latinoamericana, subrayando la importancia de reflexionar críticamente sobre las implicaciones del capitalismo de plataforma para la autonomía pedagógica en América Latina.

**Palabras-clave:** Capitalismo de plataforma. Edtechs. América Latina.

## 1.Introdução

As plataformas digitais desempenham um papel cada vez mais significativo na economia global, as chamadas Big Techs têm influenciado diretamente diversos setores, incluindo a educação, colocando em evidência uma nova forma de exploração capitalista, o chamado capitalismo de plataforma. Segundo Srnicek (2018), o capitalismo de plataforma caracterizado pela centralidade das plataformas digitais na organização econômica, tem impactado profundamente as práticas educacionais. Baseia-se na coleta massiva de dados dos usuários para personalizar serviços, direcionar publicidade e gerar lucro. Essas big techs intensificam e atualizam métodos de apropriação e acumulação de capital ao tornarem diversos setores da economia, pertencentes ou não a administração pública, dependentes de seus produtos e serviços (Lippold, Faustino 2022).

No contexto educacional latino-americano, essas empresas desempenham um papel central na mediação de processos pedagógicos, fornecendo plataformas e ferramentas utilizadas por educadores e alunos. Essas empresas, muitas vezes, operam com modelos de negócios baseados na monetização dos dados pessoais, visando muitas vezes a venda de publicidade dirigida, sem o consentimento direto do usuário, que aceita os termos de serviço sem ler o documento digital. A forma de operação dessas plataformas levanta questões sobre privacidade, ética, segurança de dados e desigualdades no acesso à tecnologia, especialmente em contextos latino-americanos marcados pela alto índice de analfabetismo funcional<sup>1</sup>.

Mesmo com uma desigualdade social e econômica persistente, o aumento do acesso à internet disponibilizou conteúdos educacionais que antes eram inacessíveis para muitas pessoas. Contudo, isso não significa especificamente um avanço na educação ou uma forma de inclusão digital, pois é necessário levar em conta os interesses econômicos por trás de quem disponibiliza esses conteúdos. A dependência de plataformas privadas para a educação pode levar a uma nova forma de colonialismo digital, onde o controle do conhecimento e da informação é monopolizado por empresas que priorizam o lucro em detrimento do bem-estar social.

A partir da perspectiva da Crítica da Economia Política, podemos notar que a mercantilização da educação e a dependência de plataformas é um projeto para perpetuar

---

<sup>1</sup>“Analfabetismo afeta cerca de 38 milhões de pessoas na América Latina e no Caribe”. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/noticias/analfabetismo-afeta-cerca-38-milhoes-pessoas-america-latina-caribe> Acesso 03 set 2024.

desigualdades e comprometer a autonomia das instituições educacionais. Nessa visão, as plataformas são analisadas em sua lógica econômico-financeira, em seus processos de extração e monetização de dados que capturam de seus usuários, a partir de processamento algorítmico, como parte dos processos de acumulação de capital (Dantas, 2019).

A relevância deste estudo reside na necessidade premente de compreender as consequências da penetração do capitalismo de plataforma na educação latino-americana. A mercantilização do ensino, a dependência de tecnologias privadas e as desigualdades resultantes dessas mudanças estruturais exigem uma análise aprofundada para subsidiar a reflexão crítica e a ação em prol de uma educação mais inclusiva e humanizada na região.

Diante dos casos analisados a seguir, será identificado o impacto do capitalismo de plataforma nas práticas educacionais latino-americanas, as implicações éticas, sociais e econômicas da presença das Big Techs na educação da região. E por fim, propor reflexões e possíveis alternativas para promover uma educação mais equitativa e centrada no desenvolvimento humano.

## **2. Definição do Capitalismo de Plataforma**

Segundo Srnicek (2017), o capitalismo de plataforma refere-se a um modelo econômico onde empresas utilizam plataformas digitais para intermediar relações entre usuários e serviços. Essas plataformas, como Google, Amazon etc, não apenas oferecem serviços, mas também coletam e analisam dados dos usuários, criando um ciclo de dependência, controle e até o uso de marketing direcionado.

Silveira (2017) nomeia esse segmento econômico como microeconomia da interceptação de dados, Srnicek (2018) denomina-o de capitalismo avançado, considerando que o mesmo “passou a centrar-se na extração e utilização de um tipo específico de matéria-prima: os dados” (Srnicek, 2018, p. 23). Dessa forma, ambos concordam que os dados pessoais, os de consultas na internet, e aqueles resultantes das pegadas eletrônicas produzidas nas comunicações em redes digitais, formam a base do referido modelo econômico. (Sgoti, 2023, p.46)

Esse novo modelo de mercado está, entre outras características, associado ao que Zuboff (2018, p. 18) denominou de Capitalismo de Vigilância – “uma nova lógica de acumulação, profundamente intencional e com importantes consequências”; a qual “procura prever e modificar o comportamento humano como meio de produzir receitas e controle de

mercado”. (Sgoti, 2023, p.48)

Com base nessas abordagens, percebe-se que, a ascensão do Capitalismo de Plataforma, e sua inserção no cenário educacional latino-americano traz consigo uma série de implicações que podem comprometer a autonomia pedagógica e a diversidade curricular nas instituições de ensino. A influência dessas gigantes da tecnologia na definição de políticas educacionais tende a centralizar o controle sobre os conteúdos e métodos de ensino, favorecendo abordagens padronizadas que podem não atender às necessidades específicas de cada contexto cultural e social.

### **3.Diagnóstico: Edtechs e a Mercantilização da Educação**

Com o advento do capitalismo de plataforma, a educação começa a ser vista como um produto a ser consumido, em vez de um direito social. Essa mercantilização transforma a relação entre educadores e alunos, onde a educação é cada vez mais orientada por métricas de desempenho e lucro financeiro. As plataformas educacionais frequentemente utilizam algoritmos para personalizar a experiência de aprendizagem, mas esses algoritmos são, na verdade, formulações de interesses comerciais que podem desconsiderar a complexidade do aprendizado humano.

Na América Latina, essa mercantilização é ainda mais problemática, pois as plataformas, ao priorizarem a eficiência e a escalabilidade, podem ignorar as realidades locais, perpetuando um modelo educacional que beneficia principalmente aqueles que já estão em posição de vantagem. Isso resulta em uma educação que não apenas falha em atender às necessidades de todos, mas que também contribui para a manutenção das hierarquias sociais existentes.

As Big techs têm investido em tecnologias educacionais, em conjunto com as chamadas Edtechs<sup>2</sup>, prometem inovação e eficiência, porém essa comercialização da educação pode levar a uma lógica de mercado, onde o foco se desloca do aprendizado para o lucro, criando uma dependência de ferramentas e plataformas comerciais que pode limitar a

---

<sup>2</sup>O termo edtech é usado de forma variada e ainda não há um consenso sobre a sua definição. O Cambridge Dictionary o define como a abreviação de educational technology, que tem como significado o uso da tecnologia na educação. Williamson e Hogan (2020, p. 5, tradução nossa), compreendem edtech como “um campo multifacetado de tecnologias, atividades e organizações que está inserido em uma variedade de contextos sociais, geopolíticos e econômicos e que afeta uma gama muito ampla de processos e práticas”. Na concepção dos autores, o termo abrange empresas, programas, aplicativos, plataformas digitais, sistemas e infraestruturas utilizados por instituições de ensino. Televisão e rádio são tecnologias inclusas nesse entendimento. (Coelho, p.03 2022)

diversidade pedagógica e priorizar conteúdos que geram lucro.

As empresas de tecnologia estão na vanguarda da transformação digital da escola, fornecendo diferentes soluções para o setor de educação básica (Coelho 2022). Não apenas as empresas Edtechs, focadas no setor educacional, como também grandes empresas norte-americanas de tecnologia, entre elas Facebook, Alphabet-Google, Apple, Amazon e Microsoft, estão ampliando a participação na prática educacional contemporânea nos últimos anos (Facer; Selwyn, 2021; Williamson; Hogan, 2020; Selwyn, 2013).

A América Latina tem hoje um total de 898 startups de educação ativas. Destas, 7 em cada 10 são brasileiras. É o que mostra o relatório Edtech Report 2024, produzido pelo Distrito e divulgado nesta semana. Depois do Brasil, com 68,93% das edtechs, os mercados mais representativos são Chile (7,91%) e a Colômbia (7,13%)<sup>3</sup>.

Na Argentina, a expansão das plataformas digitais também coloca uma série de incertezas sobre o impacto que o fenômeno produziria no emprego e nas relações de trabalho. Destaca-se, nesse sentido, a centralidade que adquire o trabalho precário nas novas atividades de serviços mediadas por plataformas. Este fato traz a necessidade de contar com novas regulações do trabalho para garantir a proteção das pessoas trabalhadoras e para superar o desajuste entre as regulações atualmente existentes e as novas formas de trabalho ligadas às transformações produtivas e organizativas geradas pela digitalização do mundo do trabalho (Bensusán, 2017; Baylos, 2022).

Embora as tecnologias possam democratizar o acesso à informação, as disparidades no acesso a dispositivos e internet ampliam a desigualdade educacional. As pessoas de baixa renda podem ficar em desvantagem, enquanto as que têm acesso a essas tecnologias podem se beneficiar mais, perpetuando ciclos de desigualdade.

O uso de plataformas digitais no ensino básico levanta questões sobre privacidade e controle de dados, pois essas empresas coletam uma quantidade significativa de dados sobre estudantes, o que pode ser explorado para fins comerciais e de monitoramento, gerando preocupações sobre a autonomia dos educadores e a privacidade dos alunos.

As big techs frequentemente exercem influência sobre políticas educacionais, moldando currículos e práticas pedagógicas através de parcerias e financiamentos. Essa influência pode levar a uma padronização do ensino, onde as abordagens educacionais são

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://revistapegn.globo.com/startups/noticia/2024/05/brasil-e-sede-de-7-em-cada-10-edtechs-da-america-latina.ghtml> Acesso: 03 set 2024.

definidas pelas demandas do mercado, em vez de serem guiadas por princípios pedagógicos. Educadores e comunidades devem resistir a soluções tecnológicas que não consideram as necessidades locais e que podem desumanizar o processo educativo.

#### **4. Educação brasileira a serviço do Capital**

A mercantilização da educação no Brasil é evidenciada pelo aumento de cursos online pagos e a dependência de plataformas que priorizam a rentabilidade. Isso levanta questões sobre a qualidade do ensino e a formação dos professores, que muitas vezes são pressionados a adaptar suas práticas pedagógicas às exigências das plataformas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>4</sup>, a qual rege o currículo a ser lecionado em sala de aula, mostra-se cada vez mais adepta de seguir a lógica das big techs. O documento ao abordar as tecnologias no aprendizado destaca três eixos significativos como base<sup>5</sup>. O primeiro aspecto é a Cultura Digital, que envolve o letramento digital e destaca a importância da educação digital como uma ferramenta essencial no combate à desinformação nas redes sociais. Em seguida, temos a Tecnologia Digital, que trata da representação de dados, software, hardware, comunicação e redes. Segundo a BNCC, não é necessário que o professor possua conhecimento técnico profundo sobre o uso das ferramentas educacionais; seu papel é ser um mediador entre os alunos e as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs). Por último, o Pensamento Computacional abrange conceitos como abstração, algoritmos, decomposição e reconhecimento de padrões, influenciando o desenvolvimento cognitivo dos usuários. Esses conceitos inserem o letramento digital como solução para o déficit da competência em informação entre os alunos, mas não leva em conta as disparidades sociais e econômicas inseridas no fenômeno.

Assim podemos notar que, no desenvolvimento do currículo, a perspectiva social e econômica não é priorizada, sendo mais relevantes as novas exigências do mercado. Essa tendência é corroborada por estudos que mostram como as instituições de ensino têm sido influenciadas por interesses corporativos, transformando a educação em um produto a ser consumido. Segundo um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

---

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://revistapegn.globo.com/startups/noticia/2024/05/brasil-e-sede-de-7-em-cada-10-edtechs-da-america-latina.ghtml> Acesso: 03 set 2024.

<sup>5</sup> Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades>. Acesso em 3 set. 2024.

Econômico (OCDE)<sup>6</sup> de 2021, a relação entre educação e mercado de trabalho tem se intensificado, levando a uma formação voltada para atender à demanda do setor privado, em detrimento de uma educação crítica e reflexiva.

Para reverter esse cenário, é essencial que a educação brasileira seja repensada não apenas como um meio de formação técnica, mas como um espaço de construção do conhecimento crítico e reflexivo. Isso implica em uma revisão da BNCC e em uma maior valorização das práticas pedagógicas que promovam a diversidade, a inclusão e a equidade. A educação deve preparar os alunos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a cidadania, capacitando-os a serem agentes de transformação social.

Portanto, é urgente que se estabeleçam políticas públicas que integrem a tecnologia de forma crítica e consciente, assegurando que a educação não seja apenas uma mercadoria, mas um direito fundamental. O futuro da educação no Brasil depende da capacidade de resistir à lógica do capital e de promover um ensino que valorize o ser humano em sua totalidade, respeitando as diversidades e preparando os estudantes brasileiros para os desafios de um país polarizado politicamente e em uma constante guerra de narrativas e debates sociais cada vez mais complexos e determinantes para o desenvolvimento do futuro do país.

## **5.Crise econômica Argentina como oportunidade às edtechs**

A crise econômica argentina, que se intensificou ao longo da última década, trouxe à tona desafios significativos para o sistema educacional. A inflação alta e a desvalorização da moeda tornaram o financiamento da educação uma tarefa complexa. Muitos alunos abandonam os estudos devido à incapacidade de arcar com os custos, mesmo que a educação seja um investimento essencial para o futuro (OECD, 2022). Nesse cenário, as edtechs emergem como uma solução possível, oferecendo acesso a conteúdos educacionais que poderiam, de outra forma, estar fora do alcance financeiro da maioria.

Por outro lado, a dependência excessiva de plataformas digitais pode criar um novo tipo de desigualdade. Embora muitas edtechs ofereçam cursos gratuitos ou a preços acessíveis, a qualidade e a relevância desses cursos podem variar amplamente. Além disso, o acesso à tecnologia necessária para participar de cursos online ainda é uma barreira significativa para muitas comunidades, especialmente em áreas rurais e marginalizadas (González et al., 2023).

Plataformas como Coursera e edX (Díaz Dávila, 2019) têm sido adotadas por

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm>. Acesso em: 17 out. 2024.

universidades e instituições de ensino. A busca por uma educação de qualidade e acessível levou muitos alunos a recorrer a esses recursos online. No entanto, a realidade econômica do país, marcada por crises financeiras recorrentes e alta inflação, gera um paradoxo. O acesso a cursos pagos pode ser inviável para muitos estudantes, resultando em uma exclusão que perpetua desigualdades sociais.

Entretanto, é crucial que as instituições de ensino abordem a integração das edtechs com cautela. A pressão para se conformar aos padrões das plataformas pode levar a uma homogeneização do currículo, onde as disciplinas são ensinadas de maneira superficial. Isso pode comprometer a formação crítica dos alunos e limitar a diversidade de pensamento. Pesquisa recente indica que a educação deve ser um espaço de debate e reflexão, e não apenas uma preparação para o mercado de trabalho (Martínez & Pérez, 2022).

Além disso, é necessário repensar o modelo de negócios das edtechs, que muitas delas dependem de receitas provenientes de cursos pagos, o que pode criar uma cultura de exclusão. Para que as edtechs realmente cumpram seu papel de inclusão social, elas devem explorar modelos de financiamento alternativos, como parcerias com governos e ONGs, que visem ampliar o acesso à educação de qualidade (León, 2023).

Entretanto, é crucial que as instituições de ensino abordem a integração das edtechs com cautela, pois a pressão para se conformar aos padrões das plataformas pode levar a uma homogeneização do currículo, onde as disciplinas são ensinadas de maneira superficial, podendo comprometer a formação crítica dos alunos e limitar a diversidade de pensamento. Pesquisa recente indica que a educação deve ser um espaço de debate e reflexão, e não apenas uma preparação para o mercado de trabalho (Martínez & Pérez, 2022).

É necessário repensar o modelo de negócios das edtechs, pois muitas delas dependem de receitas provenientes de cursos pagos, o que pode criar uma cultura de exclusão. Para que as edtechs realmente cumpram também papel de inclusão social, elas devem explorar modelos de financiamento alternativos, como parcerias com governos e ONGs, que visem ampliar o acesso à educação de qualidade (León, 2023).

A implementação de plataformas digitais na educação argentina suscita debates sobre a autonomia das instituições de ensino, tendo em vista que, a pressão para se alinhar às métricas de desempenho e aos modelos de negócios das plataformas pode comprometer a liberdade acadêmica e a diversidade curricular, elementos essenciais para uma educação crítica e transformadora no país que passa por instabilidades políticas e econômicas preocupantes.

## **6. Chile e os efeitos da privatização na educação**

O Chile é um exemplo interessante de como o capitalismo de plataforma se entrelaça com a educação superior, pois a educação no país é predominantemente privatizada, e plataformas como Duoc UC e Inacap têm se consolidado como alternativas viáveis para muitos estudantes (Figueroa; Nicole; Eriza Acuña, 2018). Isso gera como consequência uma competição entre instituições e plataformas que resulta em uma ênfase exagerada em indicadores de desempenho, muitas vezes em detrimento da qualidade do aprendizado.

Desde a década de 1980, o Chile tem seguido um modelo de privatização da educação que foi intensificado durante o regime do ditador Augusto Pinochet. Esse modelo tem promovido uma estrutura educacional onde a maioria das instituições de ensino superior são privadas e dependem de financiamento estudantil. De acordo com o relatório do Banco Mundial (2020), cerca de 80% dos estudantes de ensino superior no Chile estão matriculados em instituições privadas.

A privatização no país gerou uma série de problemas, como a precarização das condições de trabalho dos professores e a mercantilização do conhecimento. A pressão por resultados financeiros fez com que muitas instituições priorizem o lucro em detrimento da qualidade do ensino.

A concorrência entre as instituições de ensino superior no Chile se intensificou com a introdução de plataformas educacionais como Duoc UC e Inacap, que se posicionam como alternativas acessíveis e flexíveis. Essas plataformas utilizam tecnologia para oferecer cursos que atendem à demanda do mercado de trabalho, mas a ênfase em indicadores de desempenho, como taxas de empregabilidade e satisfação do aluno, pode levar a uma superficialidade no aprendizado (Cáceres; Muñoz, 2022).

Um estudo recente de Arriagada e Berríos (2023) destaca que essa competição acirrada resultou em práticas como a "fuga de talentos", onde instituições tentam recrutar professores e alunos de outras instituições, em vez de focar na melhoria da qualidade educacional. Essa dinâmica contribui para um ambiente educacional que prioriza a aparência de sucesso em detrimento de um aprendizado significativo.

A demanda por uma educação que priorize o bem-estar social e a equidade levanta questões sobre o futuro das plataformas educacionais no Chile. A necessidade de adaptação não é apenas uma resposta às exigências do mercado, mas também uma resposta às

necessidades da sociedade. As plataformas precisam reavaliar seus modelos de negócios para incorporar princípios de justiça social e inclusão.

Segundo Alarcón e Romero (2023), a integração de metodologias de ensino que priorizam a colaboração e a reflexão crítica pode não apenas melhorar a qualidade do aprendizado, mas também alinhar as instituições às demandas sociais por uma educação mais justa. É fundamental que as instituições privadas sejam responsabilizadas pela qualidade do ensino que oferecem. Isso pode ser feito através de mecanismos de avaliação e acreditação que considerem não apenas os resultados financeiros, mas também o impacto social e educacional das instituições (Martínez; Silva, 2024).

O Chile, com sua experiência de privatização na educação, ilustra os complexos desafios e oportunidades que surgem em um sistema de ensino superior baseado em plataformas. O movimento social de 2019 (Dulci; Sadivia, 2021) e as demandas por uma educação mais equitativa oferecem uma nova perspectiva sobre o futuro das instituições educacionais no país. Para que as plataformas prosperem, é crucial que elas integrem valores de justiça social e qualidade educacional em seus modelos de negócios, assegurando que a educação não seja apenas um produto, mas um direito acessível a todos.

## **7. Edtechs no México em meio a pandemia.**

No México, a introdução de plataformas digitais na educação foi uma tentativa de estratégia em meio a pandemia global em 2020, para enfrentar a desigualdade educacional, especialmente em regiões remotas. O governo mexicano tem incentivado o uso de plataformas como *Aprende em Casa*<sup>7</sup>, que visou fornecer recursos educacionais durante a pandemia. Porém não foi considerada a imposição de sobrecarga ao trabalho de cuidado feminino enquanto assumem privadamente as necessidades materiais e mentais, que também estavam passando pelo período pandêmico, e ainda por cima, reduzindo os custos do Estado para garantir uma educação a distância de qualidade, fortalecendo não somente o Estado burguês<sup>8</sup>, mas também

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://aprendeencasa.sep.gob.mx/> Acesso 3 set 2024

<sup>8</sup> O conceito de Estado Burguês se estrutura na caracterização da estrutura jurídica-política bem como de sua dupla função (isolamento, representação da unidade), permitindo determinar a natureza de sua correspondência com as relações de produção capitalistas: é o Estado Burguês que cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produção capitalistas. É nesse sentido que o Estado Burguês se organiza de um modo particular - modo burguês - a dominação de classe: as condições ideológicas por ele criadas definem um tipo particular de dominação de classe, a dominação burguesa. (SAES, Décio, O Conceito de Estado Burguês, 1992, pg. 39)

com a manutenção do patriarcado capitalista (González, Ugalde, 2023).

Embora essas empresas possam potencializar o aumento do acesso à educação, a falta de infraestrutura e a disparidade no acesso à internet são barreiras que precisam ser superadas, levando também em conta a qualidade e a relevância do conteúdo, já que a curadoria do conhecimento pode ser influenciada por interesses corporativos.

A utilização de tecnologias educacionais (edtechs) no México é frequentemente ofuscado por desafios estruturais, como a falta de infraestrutura e a disparidade no acesso à internet. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística e Geografia (INEGI), cerca de 60% da população mexicana não possui acesso adequado à internet, o que limita a efetividade das plataformas digitais (INEGI, 2021). Essa desigualdade digital é uma questão crítica, pois o acesso à tecnologia não é apenas uma questão de disponibilidade, mas também de qualidade. Isso levanta questões sobre a equidade e a adequação do conteúdo, especialmente para estudantes de comunidades marginalizadas. A falta de diversidade nos materiais didáticos e a predominância de uma perspectiva eurocêntrica podem limitar a formação de uma identidade cultural rica e diversa nos alunos (Martínez, 2022).

Outro aspecto importante a ser considerado é o papel dos educadores na implementação de tecnologias digitais. Muitos professores no México enfrentaram uma transição abrupta para o ensino online, sem o treinamento adequado e o suporte necessário. Segundo um estudo realizado pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), mais de 70% dos professores relataram que não estavam preparados para essa mudança (UNAM, 2022). Essa falta de preparação não apenas afeta a qualidade do ensino, mas também a motivação dos educadores, que se veem desamparados em um cenário de rápidas mudanças.

A pandemia acentuou as desigualdades existentes no sistema educacional mexicano. Estudantes de famílias de baixa renda, que muitas vezes não têm acesso a dispositivos eletrônicos ou a uma conexão de internet estável, enfrentam dificuldades ainda maiores para acompanhar o currículo escolar. Um relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indica que a pandemia pode ter atrasado o aprendizado de milhões de alunos no México, especialmente entre os mais vulneráveis (OCDE, 2023). Isso ressalta a necessidade urgente de políticas públicas que garantam não apenas o acesso à tecnologia, mas também a inclusão de todos os estudantes no processo educacional.

As edtechs no México têm o potencial de transformar a educação, mas é fundamental abordar as desigualdades sociais e econômicas de acesso a esses recursos que permeiam o

sistema educacional. A dependência excessiva de soluções tecnológicas pode desumanizar o processo de ensino-aprendizagem, reduzindo a interação humana e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, que são cruciais para o aprendizado eficaz (Pérez, 2023).

## **8. Possíveis Políticas de Enfrentamento**

A mercantilização da educação na América Latina, impulsionada pelo avanço do capitalismo de plataforma e a expansão das EdTechs, revela desigualdades sociais profundas e impõe a necessidade de soluções estruturais e transformadoras. Os exemplos discutidos anteriormente – desigualdade digital, carência de infraestrutura, preços desiguais, dependência de plataformas privadas e a concentração de capital em poucas empresas – evidenciam a urgência de uma intervenção que vá além de respostas pontuais e enfrente as causas raízes do problema. Uma solução eficaz requer uma análise crítica das persistentes disparidades sociais na região, bem como a formulação de propostas multifacetadas, que levem em conta a complexidade do cenário latino-americano.

### **8.1. Combatendo a Desigualdade Digital:**

A desigualdade digital está no cerne da exclusão educacional em um contexto dominado pelas EdTechs. Soluções superficiais, como a mera distribuição de dispositivos, são insuficientes. É essencial uma abordagem integrada que inclua:

- **Expansão significativa da infraestrutura de internet:** O investimento em redes de alta velocidade, com foco em áreas rurais e de baixa renda, é imprescindível. Isso demanda políticas públicas robustas, parcerias transparentes entre o setor público e privado, além da regulação dos serviços de internet para assegurar preços acessíveis e qualidade. Tecnologias como a internet via satélite podem ser cruciais para regiões de difícil acesso.
- **Acesso equitativo a dispositivos:** Programas governamentais de distribuição de computadores e tablets devem ser eficazes, com foco em escolas públicas e famílias de baixa renda. A garantia de suporte técnico e manutenção também é fundamental, assim como a inclusão de programas de alfabetização digital, para que o acesso aos dispositivos seja traduzido em uso significativo.

- **Formação de professores em tecnologias digitais:** A capacitação dos docentes em ferramentas digitais precisa ser contínua e integrada ao currículo escolar. Tal formação deve não apenas preparar os professores para usar as tecnologias de forma pedagógica, mas também considerar as especificidades do contexto e a diversidade dos alunos. Além de habilidades digitais, é necessário proporcionar acesso a materiais didáticos de qualidade.
- **Desenvolvimento de conteúdo digital inclusivo:** O conteúdo digital deve considerar a diversidade linguística, cultural e cognitiva da região. É preciso investir na criação de materiais didáticos de alta qualidade, adaptados às diversas necessidades dos alunos, promovendo inclusão e equidade. A tradução e adaptação de materiais para diferentes idiomas e níveis de leitura são fundamentais.

## 8.2. Regulamentação e Controle do Mercado de EdTechs

A proliferação de EdTechs sem a devida regulamentação cria um ambiente propício para exploração e ampliação das desigualdades. Nesse sentido, são necessárias ações como:

- **Regulamentação do setor:** A criação de leis que assegurem a qualidade, segurança e transparência das plataformas de ensino online é essencial. Isso inclui a proteção de dados pessoais, a garantia de acessibilidade para pessoas com deficiência e a prevenção de práticas comerciais abusivas.
- **Promoção de concorrência justa:** Políticas públicas devem promover a competitividade no mercado de EdTechs, prevenindo monopólios e oligopólios que poderiam resultar em aumentos de preços e queda na qualidade dos serviços.
- **Fomento ao desenvolvimento de EdTechs locais:** Apoiar o surgimento de empresas de tecnologia educacional locais é crucial para garantir a autonomia pedagógica e a soberania tecnológica, atendendo às especificidades culturais e linguísticas da região.
- **Transparência e responsabilidade:** As práticas comerciais das EdTechs devem ser transparentes, com a divulgação clara de custos, termos de serviço e políticas de privacidade. As empresas também precisam ser responsabilizadas por eventuais violações de direitos.

## 8.3. Investimento Público em Educação:

O investimento público é fundamental para assegurar o acesso equitativo à educação de

qualidade. As principais ações incluem:

- **Aumento do investimento público:** É imperativo que haja um incremento significativo no financiamento público destinado à educação, com ênfase em escolas públicas e regiões de baixa renda, para garantir infraestrutura adequada, formação de professores e acesso a recursos educacionais de qualidade.
- **Distribuição equitativa dos recursos:** Os recursos públicos devem ser distribuídos de maneira equitativa, para que as escolas em regiões mais vulneráveis recebam o apoio necessário para mitigar as desigualdades.
- **Prioridade à educação pública:** É fundamental priorizar o investimento na educação pública como base do sistema educacional, assegurando que todos os cidadãos tenham acesso a uma educação de qualidade e equitativa.

#### **8.4. Promoção da Autonomia Pedagógica e da Cultura Crítica**

A mercantilização da educação pode resultar na padronização dos currículos e na redução da autonomia pedagógica. Para evitar esses efeitos, é necessário:

- **Fortalecimento da autonomia pedagógica:** Garantir que os professores tenham liberdade para adaptar os currículos e metodologias às necessidades e características de seus alunos.
- **Promoção de uma cultura crítica:** Incluir nos currículos escolares temas que abordem criticamente o capitalismo, a tecnologia e a sociedade digital, de forma que os alunos desenvolvam habilidades de pensamento crítico.

### **9. Considerações Finais**

A análise da ascensão do capitalismo de Plataforma na área da educação latinoamericana revela um panorama complexo, onde supostas oportunidades de inclusão coexistem com antigos desafios; a disparidade socioeconômica e a exploração capitalista, que são mascaradas pelos vislumbres dos avanços tecnocientíficos. Em cada país, mesmo com suas especificidades sociais, econômicas e políticas, a forma de agir das grandes empresas donas do capital é semelhante, visando o lucro em todas as oportunidades possíveis, seja numa pandemia ou crise política.

A mercantilização da educação por meio das plataformas digitais têm impactado

negativamente a qualidade e equidade do ensino na região. A dependência excessiva de tecnologias privadas na educação latinoamericana contribui para a ampliação das disparidades sociais e econômicas no acesso ao conhecimento e na definição de políticas educacionais que podem comprometer a autonomia pedagógica e a diversidade curricular nas instituições de ensino.

Cabe aos profissionais da educação, assumir uma postura de agentes políticos, denunciando e não se deixando levar pelo vislumbre das novas tecnologias, mas as utilizando quando for necessário como apoio no processo de ensino, mantendo-se sempre alerta e entendendo que o avanço tecnológico não muda os papéis sociais na luta de classes.

Seria de importante impacto uma organização entre professores, alunos, profissionais da educação e demais usuários para cobrar dessas plataformas por meio de seus governantes medidas rígidas sobre a extração e mercantilização de nossos dados. Vale ressaltar que são os usuários que alimentam essas plataformas, sendo assim, seria justo o consumidor do produto obter as informações para onde está sendo direcionado suas informações de cadastro e qual a finalidade do direcionamento de seus dados cadastrais, ainda mais se esse serviço está sendo oferecido aos seus filhos, menores de idade, no qual a responsabilidade do Estado sobre essa extração de dados deve ser bem mais severa.

Uma possível solução para os desafios impostos pelo capitalismo de plataforma e pelas EdTechs na América Latina exige uma abordagem holística e transformadora. Governos, instituições de ensino, empresas e sociedade civil devem trabalhar juntos para construir um sistema educacional mais justo, inclusivo e equitativo, que priorize a qualidade da educação e o desenvolvimento humano.

Somente com a mudança desse paradigma, colocando a educação como um direito fundamental e não como mercadoria, será possível garantir uma educação de qualidade para todos, independentemente de classe social, localização geográfica ou condição econômica. A construção de um futuro educacional mais justo requer uma luta contínua por justiça social e igualdade de oportunidades.

Para as plataformas digitais serem realmente benéficas a educação na América Latina, é crucial que haja um compromisso com a transparência, respeito à privacidade, ética e autonomia dos educadores, além de garantir que as vozes dos cidadãos sejam ouvidas nas decisões sobre o futuro da educação em suas respectivas comunidades.

## Referências

BAKER, R. S., & Inventado, P. S. (2023). Learning Analytics in the Classroom: Opportunities and Challenges. *Educational Technology Review*.

BRASIL (MEC). Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação no contexto escolar: possibilidades. Base Nacional Comum. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementa%C3%A7%C3%A3o/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/193-tecnologias-digitais-da-informacao-e-comunicacao-no-contexto-escolar-possibilidades?highlight=WyJocSJd>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BRASIL (MEC) Base Nacional Comum Curricular, 2019a. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versoafinal\\_sit\\_e.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versoafinal_sit_e.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

BAYLOS, Antonio. (2022) La larga marcha hacia el trabajo formal: el caso de los *riders* y la ley 12/2021. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 40 (1), 95-113.

BENSUSÁN, Graciela. (2017). Nuevas tendencias en el empleo: retos y opciones para las regulaciones y políticas del mercado de trabajo. Em Graciela Bensusán *et al.*. (Ed.). *Las transformaciones tecnológicas y sus desafíos para el empleo, las relaciones laborales y la identificación de la demanda cualificaciones* (pp. 81-171). Serie Documentos de Proyectos. CEPAL.

COELHO, Luciana Livia Gonçalves. O avanço de empresas Edtechs na educação básica: análise da cobertura noticiosa feita pelos jornais paulistas nos anos de 2018 a 2021. # Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia, v. 11, n. 2, 2022. DANTAS, Marcos. The financial logic of internet platforms: the turnover time of money at the limit of zero. *tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society*, v. 17, n. 1, p. 132–158, 18 maio 2019.

DÍAZ DÁVILA, Laura Cecilia et al. Un enfoque integral para propiciar cursos abiertos on line desde la UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA. In: XXI Workshop de Investigadores en Ciencias de la Computación (WICC 2019, Universidad Nacional de San Juan). 2019.

DULCI, Tereza Maria Spyer; SADIVIA, Vania Alvarado. El estallido social en Chile: ¿rumbo a un nuevo constitucionalismo?. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, p. 43-52, 2021. FACER,

Keri; SELWYN, Neil. Digital technology and the futures of education: towards “non-stupid” optimism. UNESCO - Futures of Education Report. 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377071.locale=en>. Acesso em: 03 set. 2024

FERNANDÉZ, L. (2023). Hybrid Learning Models: The Future of Higher Education in Argentina. Higher Education Journal.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Raízes da América, 2022.

FIGUEROA, Arzola; NICOLE, Javiera; ERIZA ACUÑA, María José. Valorización financiera de la marca para los institutos profesionales en Chile, mediante el método de múltiplos. 2018.

González, A., et al. (2023). Digital Divide in Argentina: Analyzing Access to Educational Technologies. Journal of Digital Education.

GONZÁLEZ, Mónica Lizbeth Chávez; UGALDE, Diana Cecilia Rodríguez. El programa “Aprende en Casa” y la reproducción del orden patriarcal en materia de cuidados:(México). CAMINHOS DA EDUCAÇÃO diálogos culturas e diversidades, v. 5, n. 2, p. 01-24, 2023.

LEÓN, J. (2023). Alternative Funding Models for Edtech: A Path to Inclusivity. International Journal of Educational Finance.

LIPPOLD, W.; FAUSTINO, D. Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. Germinal: marxismo e educação em debate, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 56–78, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>. Acesso em: maio de 2023

MARTÍNEZ, R., & PÉREZ, S. (2022). The Role of Critical Pedagogy in Contemporary Education. Educational Philosophy and Theory.

Ministerio de Educación (2023). Informe sobre la Beca Progresar: Acceso y Oportunidades en la Educación. Buenos Aires: Gobierno de Argentina. OECD (2022). Education at a Glance: OECD Indicators 2022. OECD Publishing. UGARTE, F. (2023). Innovative Educational Responses to the Pandemic in Argentina. Journal of Educational Innovation.

SAES, Décio. O Conceito de Estado Burguês. Cadernos IFCH 25, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Unicamp, 1992.

SELWYN, Neil. Education in a digital world: global perspectives on technology and education. Abingdon Oxon United Kingdom: Routledge, 2013.

SGOTI, Rogério Ferreira. Vigilância digital e suas implicações no âmbito da educação: uma

revisão sistemática da literatura. 2024.

SILVEIRA, Sergio A. da. Tudo sobre tod@s: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

SRNICEK, Nick. Capitalismo de Plataformas. Traducción Aldo Giacometti. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

WILLIAMSON, Ben; HOGAN, Anna. Commercialisation and privatisation in/of education in the context of Covid-19. Education International Research, 2020. ISBN 978-92-95109-97-1(PDF)

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. Tradução: Antonio Holzmeister Oswaldo Cruz e Bruno Cardoso. In: BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M. GUILHON, L.; MELGAÇO, L. (Orgs.). Tecropolíticas da vigilância: perspectivas da margem. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 17-68.